

Estado do Rio Grande do
Sul**PREFEITURAMUNICIPALDORIOGRANDE**
SECRETARIADEMUNICÍPIODEGESTÃOADMINISTRATIVA E
LICITAÇÕES

BASE DE VALORES E PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL

De forma objetiva, em razão do período pandêmico caracterizado pelo COVID-19, e todos os efeitos decorrentes de tal situação, de modo especial seguindo as orientações quanto as restrições de deslocamentos de pessoas, destacamos que os preços do presente certame tiveram como base contratações similares formalizadas por outros órgãos da administração pública. Conforme critérios definidos na PORTARIA Nº804, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018 expedida pelo Ministério da Justiça, de modo especial no inciso II do artigo 2º, e a recente INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020, cujos dispositivos indicam como parâmetro de pesquisa, a busca de contratações similares de outros entes públicos.

Art.2º A pesquisa de preços será realizada em observância às orientações contidas nos Anexos I, II e III desta Portaria e mediante utilização dos seguintes parâmetros:

I-Painel de preços ou outra ferramenta que venha a ser disponibilizada pelo órgão central do Sistema de Serviços Gerais - SISG para pesquisa, análise e comparação de dados e informações de compras públicas;

II-contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos cento e oitenta dias anteriores à data da pesquisa de preços;

III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;ou

IV -pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de cento e oitenta dias.

§1º Os parâmetros poderão ser utilizados de forma combinada ou não, priorizando-se os previstos nos incisos I e II.

§2º A impossibilidade de utilização preferencial dos parâmetros previstos nos incisos I e II deve ser justificada e

Estado do Rio Grande do
Sul**PREFEITURAMUNICIPALDORIOGRANDE**
SECRETARIADEMUNICÍPIODEGESTÃOADMINISTRATIVA E
LICITAÇÕES

comprovada mediante a juntada de documentos que evidenciem ter havido efetiva tentativa de emprego deles.

§ 3º A definição dos parâmetros utilizados, no caso concreto, para a realização da pesquisa de preços, deve ser formalmente justificada e a instrução processual deverá conter a documentação comprobatória das razões que forem, para tanto, invocadas.

§ 4º A pesquisa de preços realizada exclusivamente com utilização do parâmetro previsto no inciso IV, somente será admitida quando comprovada a inviabilidade de utilização dos parâmetros previstos nos incisos I, II e III.

A IN nº 73 por sua vez, reza a mesma situação, apresentando no entanto o diferencial quanto ao elastecimento do prazo de um ano para consideração da validade do contratação tomada como base. Tudo conforme aponta o inciso II do artigo 5º, vejamos:

II-aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

A busca e, por consequente, embasamento de preços em contratos similares, traz sem dúvida alguma maior agilidade ao lançamento do certame. A administração não fica adstrita a penas a intenção de participação e, por consequente boa vontade de fornecedores em retornarem as solicitações de orçamentos. Tais solicitações além de sequer serem em sua maioria respondidas, quando ocorrem, são cumpridas apenas no momento que os fornecedores entenderem como viáveis.

Além disso, a administração apresenta como base preços constantes de contratos públicos integrantes de certames já homologados por outras administrações. Contratos já referendados pelo E. Tribunal de Contas do estado, posto que, extraídos do site do próprio órgão da Administração Pública Municipal ou mesmo do respectivo Tribunal.

Estado do Rio Grande do
SulPREFEITURAMUNICIPALDORIOGRANDE
SECRETARIADEMUNICÍPIODEGESTÃOADMINISTRATIVA E
LICITAÇÕES

Acerca da matéria, o Tribunal de Contas da União manifestou posicionamento destacando o dever quanto a busca diversificada de fontes de preços, com prioridade para o Pannel de Preços e **as contratações similares de outros Órgãos**. Vejamos:

TCU– Acórdão nº1445/2015– Plenário

Na elaboração do orçamento estimativo da licitação, bem como na demonstração da vantajosidade de eventual prorrogação de contrato, **deve ser utilizadas fontes diversificadas de pesquisa de preços. Deve ser priorizadas** consultas ao Portal de Compras Governamentais e **a contratações similares de outros entes públicos, em detrimento de pesquisas com fornecedores, publicadas em mídias especializadas ou em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, cuja adoção deve ser tida como prática subsidiária.**

TCU - ACÓRDÃO02170/2007ATA43/2007-PLENÁRIO-17/10/2007

Relator:UBIRATAN AGUIAR

Sumário: REPRESENTAÇÃO. PEDIDO DE REEXAME. PREGÃO ELETRÔNICO. SERVIÇOS DE INFORMÁTICA. REVOGAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR. PROVIMENTO PARCIAL. 1. A aferição de preços nas aquisições e contratações de produtos e serviços de tecnologia da informação, no âmbito da Administração Pública Federal, na fase de estimativa de preços, no momento de adjudicação do objeto do certame licitatório, na contratação e alterações posteriores, **deve se basear em valores aceitáveis, que se encontrem dentro da faixa usualmente praticada pelo mercado em determinada época**, obtida por meio de pesquisa a partir de fontes diversas, como orçamentos de fornecedores, **valores adjudicados em licitações de órgãos públicos** - inclusive aqueles constantes no Comprasnet -, valores registrados em atas de Sistema de Registro de Preços, entre outras, **a exemplo de compras/contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes àquelas da Administração Pública.**2. Preço aceitável, a ser considerado na faixa de preços referida no item precedente, é aquele que não representa claro viés em relação ao contexto do mercado, ou seja, abaixo do limite inferior ou acima do maior valor constante da faixa identificada para o produto ou serviço. 3. A utilização de fontes que não sejam capazes de representar o mercado de tecnologia da informação para produtos com certa complexidade ou serviços fornecidos para o setor público-como sites na Internet, inclusive internacionais-pode servir

Estado do Rio Grande do
Sul**PREFEITURAMUNICIPALDORIOGRANDE**
SECRETARIADEMUNICÍPIODEGESTÃOADMINISTRATIVA E
LICITAÇÕES

apenas como mero indicativo de preço, sem que sirvam valores encontrados, por si sós, para caracterização de sobre preço ou superfaturamento. 4. Os critérios apontados nos itens precedentes devem balizar, também, a atuação dos órgãos de controle, a ser imputados sobre preço ou superfaturamento na aquisição e contratação e relacionados à área de tecnologia da informação.

O anexo I da portaria 804, reforça a orientação do Tribunal de Contas da União inclusive quanto **a utilização como parâmetro os contratos anteriores firmados como próprio órgão**. *In Verbis*:

A unidade requisitante, conforme orientação do Tribunal de Contas da União, deverá consultar o maior número de fontes possíveis, de modo a possibilitar que a pesquisa de preços reflita o real comportamento do mercado, **levando em conta diversas origens, como, por exemplo, contratos anteriores do próprio órgão e os firmados por outros órgãos públicos**, valores registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal e cotações com fornecedores (Acórdãos nº 2.318/2014-Plenário e Acórdão 2.816/2014-Plenário).

Ainda com base nas decisões destacadas, salientamos do respectivo posicionamento que além da definição quanto aos requisitos a serem priorizados, resulta clara a condição de utilização de orçamentos de fornecedores e consulta em sites especializados apenas de forma subsidiária na consulta de preços. **Reforçando desse modo a regra dos parágrafos 2º e 4º do artigo 2º da Portaria 804 e inciso II do artigo 5º da IN nº 73.**

Assim, diante da realidade aqui apresentada, essa administração tomou como base contratações de Sistemas de Gestão formalizados pelas administrações dos municípios de Santa Maria/RS e de Jaraguá do Sul/SC, todos com similaridades na prestação dos serviços de gestão pública buscados por essa administração, inclusive com módulos de programas/entidades a menor.

Segue adiante descritivo dos valores pagos por tais administrações:

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL/SC

Pregão Presencial nº
048/2021 Disponível no sítio na
internet: <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br>

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS

Pregão nº 113/2016 e 61/2020 e Processo de Inexigibilidade nº 76/2020

Estado do Rio Grande do
Sul**PREFEITURAMUNICIPALDORIOGRANDE**
SECRETARIADEMUNICÍPIODEGESTÃOADMINISTRATIVAE
LICITAÇÕES

Disponível no site na internet: <https://portal.tce.rs.gov.br>

MUNICÍPIO DE JOINVILLE/SC

Contratos nº 452/2019. Pregão Eletrônico 101/2019. Disponível no site na internet:

<https://www.joinville.sc.gov.br/>

MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO- RS

Contrato 373/2019. Pregão Eletrônico 168/2019 e Aditivos.

Disponível no site na internet:

<https://portal.tce.rs.gov.br>

MUNICÍPIO DE VIAMÃO-RS

Contrato 027/2021. Disponível no Site na internet

<https://www.viamao.rs.gov.br/>

Adiante planilha indicativa da média dos valores cobrados de mensalidade e dos serviços de implantação das contratações tomadas como parâmetro no que tange a área administrativa:

Prefeitura	Fornecedor	Mensalidade	Implantação	Acessado através:
Jaraguá do Sul-SC	Valor de edital	R\$154.624,65	R\$157.594,90	https://www.jaraguadosul.sc.gov.br
Santa Maria-RS	Dueto Nota Control	R\$188.957,34 R\$195.501,50	R\$26.002,92 R\$391.003,00	https://portal.tce.rs.gov.br
Joinville- SC	Pública Tecnologia Ltda;	R250.000,00		https://www.joinville.sc.gov.br/
	MÉDIA	R\$263.030,83	R\$287300,41	

Adiante planilha indicativa da média dos valores cobrados de mensalidade e dos serviços de implantação das contratações tomadas como parâmetro no que tange a área da Saúde:

Prefeitura	Fornecedor	Mensalidade	Implantação	Acessado através:
Novo Hamburgo-RS	Inovadora Sistemas	R\$69.500,00		https://portal.tce.rs.gov.br
Viamão RS:	Health Solutions	R\$33.240,30		https://www.viamao.rs.gov.br/
	MÉDIA	R\$51.370,16	R\$ 154.110,45	

Estado do Rio Grande do
Sul**PREFEITURAMUNICIPALDORIOGRANDE**
SECRETARIADEMUNICÍPIODEGESTÃOADMINISTRATIVAE
LICITAÇÕES

NOTA EXPLICATIVA:

Quanto ao valor da mensalidade como da implantação entendemos que o reflexo na média de preços alcançada pelo município foge por completo da interferência de Rio Grande, tendo em vista que diversos fatores interferem no valor efetivo da contratação.

Adentrando especificamente no que tange ao valor da implantação, destacamos que os valores podem oscilar de forma expressiva de uma cidade para outra, mas destacamos que foram os valores efetivamente contratados. Como mencionado, os valores pagos variam de cidade para cidade em razão de diversos fatores, tais como: população, distância da sede contratada para a implantação do sistema, se a empresa vencedora já é contratada ou não no município a quantidade de módulos contratados, ou ainda, pelo fato de que inúmeros contratos pesquisados não constavam o valor da implantação, tal qual o correu com o Contratos nº 452/2019. Pregão Eletrônico 101/2019, do Município de Joinville.

No que tange ao módulo 2, da Saúde, como não foram encontrados parâmetros de valor referente a implantação, tomou-se por base para o equivalente a três meses da mensalidade, pois, entendemos que assim o valor atingido será o suficiente para cobrir as despesas de implantação.

CONCLUSÃO

Desse modo concluímos que, os valores praticados pelas contratações baseadas nas similaridades destacadas, indicam que o valor definido por essa administração para a presente contratação, não se caracteriza como excessivo nem como inexequível.

Necessário salientar de que sistemas de administrações que ainda se encontram em sistema desktop ou então que apresentam sistema de gestão por intermédio de emulação de dados, além ainda, de se encontrarem baseados em tecnologia inferior, apresentam custos finais superiores. Principalmente no que diz respeito ao consumo de *links* para funcionalidade do sistema.

Além do que, de acordo com o atual momento, o sistema baseado ainda em *desktop*, acaba por trazer dificuldades ou impossibilidade para gerir o sistema de gestão distante do prédio central ou qualquer outra unidade da administração ou mesmo em *home office*, posto que, ainda não em sistema operacional baseado em nuvem.

**Estado do Rio Grande do
Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
LICITAÇÕES**

Cumpre ainda salientar de que o valor definido para a contratação com base na similaridade de contratos formalizados por outras administrações/órgãos, demonstra ainda que, não somente pelos parâmetros apurados, mas pela necessidade atual e futura da administração, principalmente em se assegurar de que estará contratando um fornecedor que possa suprir integralmente suas necessidades tecnológica, o valor definido se encontra dentro da realidade do mercado.